

SIMPÓSIO AT051

A CRIANÇA E A INTERDIÇÃO: UM MODO DE DIZER

DIEDRICH, Marlete Sandra
Universidade de Passo Fundo-RS
marlete@upf.br

SILVA, Carmem Luci da Costa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS
clcostasilva@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como tema a relação entre *cultura e língua materna na aquisição* a partir da análise do aspecto da interdição. A abordagem teórica que sustenta a investigação é a Teoria da Linguagem de Émile Benveniste, para quem a criança nasce na cultura, via enunciações. É nos diferentes modos de enunciação que a criança e o outro se incluem no discurso e se situam nas práticas sociais. É a relação entre o individual e o social que permite a entrada da criança em sua língua materna, com os valores da cultura nela impressos. Nessa experiência, ela vivencia as interdições advindas dos esquemas culturais a que tem acesso, definidos a partir de valores culturais impressos na língua. Há, assim, uma série de interdições acerca do que dizer, do como dizer e para quem dizer, que determinam os modos de enunciação. Frente a isso, a questão proposta neste trabalho é a seguinte: que movimentos enunciativos e que modos de enunciação a criança realiza ao lidar com tais interdições em sua experiência de aquisição da linguagem? Serão analisados dados de uma criança acompanhada do 1º mês aos 6 anos e 11 meses de vida, do Banco de Dados do grupo NALíngua, coordenado pela Dra. Alessandra Del Ré (UNESP). Os fatos analisados indicam que o caráter de interdição advém dos esquemas culturais nos quais a criança se vê inserida e se concretiza na relação enunciativa que estabelece com o outro; e que, ao lidar com a interdição, a criança realiza os movimentos: a) do geral da cultura para o particular da sua vivência social, b) do geral da língua para a particularidade de seu discurso.

Palavras-chave: interdição; cultura; sociedade; enunciação

Abstract: This paper has as theme the relation between culture and mother-tongue in language acquisition based on the analysis of the prohibition aspect. The theoretical approach that supports this investigation is Émile Benveniste's language theory to whom the child is born in the culture, via enunciations. It is on the different ways of enunciation that the child and the other insert themselves in the speech and place themselves in social practices. It is the relation between the individual and the social aspect that allows the entrance of the child in his/her mother-tongue with the cultural values present in it. In this experience, he/she lives the prohibitions that come from cultural outlines defined by the cultural values in the language. Therefore, there is a sequence of prohibitions on what to say, how to say it and to whom it is said that defines the ways of enunciation.

Given these aspects, the problem posed in this paper is: what speech movements and what ways of enunciation the child performs when dealing with such prohibitions in his/her language acquisition experience? Data of a child who was studied from the first month of life until 6 years and 11 months old, from NALíngua database, coordinated by Dr. Alessandra Del Ré (UNESP), is analyzed. The analyzed facts indicate that the prohibition aspect comes from the cultural outlines in which the child is in and it built in the enunciation relation that he/she establishes with the other speaker; and that to deal with the prohibition the child performs the following movements: a) from general part of his/her culture to his/her particular social experience; b) from the general language aspects to the peculiarity of his/her speech.

Keywords: prohibition; culture; society; enunciation

Introdução

Analisar a linguagem da criança e sua relação com os rudimentos da sua cultura tem proporcionado incursões investigativas bastante revelantes sobre questões de aquisição que colocam no centro da discussão as relações de significância na vida social, em especial, a partir da abordagem linguística de Émile Benveniste. Afinal, o que se espera de uma criança que aprende uma língua é que ela se insira na vida social que a cerca; e isso só acontece na mobilização das relações significantes. Émile Benveniste, embora não tenha focalizado tais questões de maneira específica em sua obra, permite, pelos conceitos e princípios que constituem suas reflexões, que pensemos na experiência da criança na linguagem como reveladoras das relações de interpretância, do semantismo social que se marca na língua, entre outras.

Por essa razão, ao trabalhar com dados naturalísticos de fala de uma criança acompanhada desde os 6 meses até aos 6 anos e 11 meses de vida, os quais fazem parte do Banco de Dados do Grupo de Pesquisa Nalíngua, coordenado pela professora Alessandra Del Ré, somos interrogados acerca da interdição e de seus efeitos na atualização da língua no discurso nas relações enunciativas da criança e de seus interlocutores. Trata-se de um conjunto de valores culturais de uma sociedade particular que determinam o que pode e o que não pode ser dito pela língua também particular que contém essa sociedade. Ora, esse conjunto de valores culturais por estar impresso na língua comparece no discurso numa dada situação e acaba por funcionar como uma espécie de convenção social que conduz o dizer da criança. Assim, ao se instaurar em uma

língua, a criança também se instaura na cultura da sociedade onde vive. Certamente, o tema é conhecido e faz parte do cotidiano de quem convive com crianças em relação com adultos, que, por meio de determinadas fórmulas linguísticas, interditam o dizer da criança: “Não diz assim que é feio”, “Não pode falar assim”, entre outras tantas que circulam na sociedade. Quais os efeitos dessas interdições na criança? Como revela esses efeitos na linguagem?

Essa interrogação produzida pelos fatos enunciativos da criança encontra eco na discussão apresentada por Benveniste no texto *A blasfemia e a eufemia* (1969/1989), o qual figura nas atas do colóquio organizado pelo Centro Internacional de Estudos Humanistas e pelo Instituto de Estudos Filosóficos de Roma, datadas de 1969. Certamente muito já se disse em relação a este texto e em relação à sua produção: desde o estudo das notas preparatórias até a relação das ideias nele apresentadas com os princípios basilares do estudo da enunciação. Ao decidir revisitá-lo, no entanto, somos movidos pela possibilidade de relação entre as questões apresentadas por Benveniste e a busca de respostas para a interrogação que nos move sobre o dizer da criança que é interdito. Sendo assim, voltamo-nos para este texto de Benveniste no intuito de entender o que faz o falante quando diz ou quando interdita seu dizer e de que forma esse “dizer interdito” é dependente dos arranjos linguísticos mobilizados no discurso. Vemos nesse tema a possibilidade de o analista da língua, o linguista, estudar as relações da língua com a sociedade e a cultura, o que, certamente, dialoga com os estudos da linguagem da criança, a qual, conforme já explicitado por Silva (2009), se constitui como sujeito do dizer via relações enunciativas estabelecidas no seio da vida social.

1. A interdição

Ao apresentar os neologismos “blasfemia” e “eufemia”, Benveniste (1969/1989) vê na ação conjunta das duas atividades a produção da imprecisão, considerada a expressão blasfêmica por excelência. Ao blasfemar, o falante viola a interdição bíblica segundo a qual não se pronuncia o nome de Deus.

O autor lembra que as características do ato da blasfemia ligam-se a um certo número de condições que se devem cumprir sucessivamente. A principal delas diz respeito à própria forma da expressão blasfêmica. Como se trata da expressão de uma emoção, ela tem sua própria sintaxe, a qual se aproxima da sintaxe das interjeições, realizando-se como uma exclamação, tal qual “uma palavra que se deixa escapar” (1969/1989a, p. 261). Para o autor, não se trata de uma palavra comunicativa, mas somente expressiva, ainda que tenha um sentido. Além disso, a fórmula pronunciada não se refere a nenhuma situação em particular, mas exprime a intensidade de uma reação às circunstâncias. Não se refere ao *tu* ou à terceira pessoa, nem abre um diálogo. E, por incrível que pareça, a presença de um interlocutor nem mesmo é necessária. Isso porque a blasfemia faz com que o falante aja como se estivesse se traindo. Por isso, Benveniste nomeia a reação blasfêmica como uma descarga emotiva. Uma “descarga emotiva que se realiza em fórmulas fixas, inteligíveis e descritíveis” (1969/1989, p. 261).

A forma de base é a exclamação “nome de Deus”, “sagrado nome de Deus”. Em alguns casos, a intenção ultrajante pode ser acentuada com a substituição do nome pelo nome de um órgão do corpo, ou reduplicando a expressão, ou, ainda, invocando o anti-Deus, o diabo. Manifesta-se, assim, a necessidade, dissimulada no inconsciente, de transgredir o interdito. Realizando-se a transgressão, surge a censura, advinda das forças coercitivas que marcam a vida do homem na sociedade, na vivência de elementos culturais. Por essa razão, a blasfemia suscita uma eufemia, a qual tem o poder de corrigir a expressão e a desarmar enquanto imprecação.

Acreditamos, conforme Diedrich (2018), que, na historicidade da criança, a interdição linguística representa um modo particular de dizer que lhe permite a relação com os elementos coercitivos advindos dos esquemas culturais aos quais ela está sujeita e, certamente, dos quais ela faz parte. A noção de “esquemas” é derivada da leitura que fazemos do texto *Estruturalismo e linguística*. Nesse texto, ao discutir os novos parâmetros da Linguística e das ciências humanas em geral, Benveniste (1968/1989, p. 27-28) afirma: “Do

mesmo modo que não falamos aleatoriamente, quero dizer sem quadro, que nós não produzimos a língua fora de certos quadros, de certos esquemas que possuímos [...]” Autorizamo-nos a derivar dessa ideia a noção de “esquemas culturais”. Para tanto, relacionamos esse raciocínio de Benveniste a outras ideias do autor, explicitadas no mesmo texto: “Tudo o que é do domínio da cultura deriva no fundo de valores, de sistema de valores. Da articulação entre os valores. Muito bem! Esses valores são os que se imprimem na língua” (BENVENISTE, 1968/1989, p. 22). Sendo assim, entendemos, com Benveniste, que “a língua carrega consigo uma série de dados herdados”, os quais se organizam em determinados quadros ou esquemas culturais, mobilizados sempre no seio da sociedade. A relação enunciativa expressa nos arranjos reveladores do movimento de eufemia diz respeito, portanto, à vivência, pela criança, desses esquemas culturais responsáveis pela interdição em seu dizer.

2. O que dizem os dados analisados

A criança, aos 3 anos,8 meses, 16 dias vivencia a interdição advinda do adulto em relação ao que diz, como observamos no fato a seguir¹:

Fato enunciativo

@Participantes: CRI (criança), OBS (observadora) e PAI (pai da criança).

@Idade: Gustavo 3_8_16.

@Local: Casa da CRI, na mesa da sala.

@Situação: A CRI fala com o PAI e a OBS sobre os lápis de cor .

*PAI	mas o outro não tem ponta meu
*OBS	[RISOS]
*CRI	ah @ XXX de boizinho
*OBS	[RISOS] aaai Gustavo
*PAI	XXX vê que coisa? ocê viu? as palavra

¹ Com inspiração das Transcrições da Base de Dados Na Língua (DEL RÉ, HILÁRIO, RODRIGUES, 2016), selecionamos, para os propósitos deste trabalho a seguinte convenção: um cabeçalho informando os participantes da situação de enunciação, indicados pelas três letras iniciais da denominação que os identifica. Os turnos de diálogo são indicados pelas três primeiras letras da denominação de cada participante. CRI indica a criança estudada. Os comentários do transcritor sobre aspectos da situação da enunciação são indicados com a expressão “COM”. Entre colchetes [], são indicadas ações paralelas à fala e eventos não verbais, como risos. A marca @ indica pausa breve, a marca @@@ indica pausa longa, e a indicação XXX refere-se a segmentos não apreendidos pelo transcritor. As letras maiúsculas marcam entonação ascendente e passagens sublinhadas indicam entonação descendente. O sinal [?] marca dúvidas quanto à passagem transcrita entre chaves { }. No interior de colchetes, há comentários de transcrição sobre a pronúncia de segmentos. Turnos marcados com { } indicam sobreposição de falas.

*OBS	ééé
*CRI	todo mundo
* OBS	que que é essa palavra que você falou pro teu pai, hein? que que se chamou ele?
*CRI	de nada
*COM	Gustavo vai se escondendo embaixo da mesa
*OBS	chamou sim
*PAI	@ né, Gu?
*CRI	EU TÔ AQUI EMBAIXO

Nesse fato, a criança chama o pai de “boizinho”, dizer que é imediatamente censurado, de forma indireta, primeiramente, pelo pai, que tece um comentário dirigido à pesquisadora, reprovando o uso da palavra escolhida por Gustavo, e, na sequência, pela própria pesquisadora, a qual questiona Gustavo acerca do seu dizer. Em função dessas relações enunciativas vivenciadas pela criança e pelos adultos que com ela interagem, entendemos que o dizer da criança, neste caso, aproxima-se do que Benveniste chama de blasfêmia. Embora não esteja profanando o nome de Deus em seu dizer, a criança burla uma norma advinda de um determinado esquema cultural, a qual é conhecida por todos os envolvidos. Ao fazê-lo, a criança realiza uma imprecisão, uma espécie de descarga emotiva capaz de demonstrar, na enunciação, o descontentamento da criança com o outro ou com o que o outro faz ou diz. Esse ato é considerado, no esquema cultural do qual a criança e os demais que com ela vivenciam essa situação, um dizer sobre o qual impera uma interdição: não é permitido à criança xingar o pai. A criança, sabedora dessa interdição, primeiramente enuncia tal palavra com uma entonação que evoca a brincadeira; mesmo assim, a censura se presentifica, principalmente, na manifestação da pesquisadora, quando a censura é explicitada. Quando a pesquisadora interroga a criança acerca do que ela chamou o pai, ela disfarça o ato, negando-o, por meio da resposta que dá ao questionamento da pesquisadora: “de nada”. Além disso, a gestualidade, constitutiva do ato de dizer, integra a composição da negação ou da tentativa de apagar o dito, uma vez que Gustavo busca esconder-se embaixo da mesa.

A reflexão que apresentamos aqui é inicial e necessita, sem dúvida alguma, ser aprofundada em trabalhos futuros. No entanto, acreditamos ser possível, com esse raciocínio, compreender mais sobre a natureza humana na

relação com a linguagem, em especial, pelo fato de se estar pesquisando a linguagem da criança. Ao investigar o caráter de interdição que advém dos esquemas culturais nos quais a criança se vê inserida e que se marca no dizer do outro, percebemos que a criança realiza, permanentemente, o movimento que vai: a) do geral da cultura para o particular da sua experiência social, b) do geral da língua para a particularidade de seu discurso.

Entendemos que é justamente essa relação entre o individual e o social que permite à criança vivenciar a experiência da aquisição da linguagem. Nessa experiência, as escolhas e arranjos linguísticos mobilizados no discurso apontam o modo como o mundo cultural do qual a criança faz parte está contido na língua que se atualiza em discurso, por meio de esquemas culturais que se dão a conhecer nas ações de linguagem da criança. Assim, ao se valer da eufemia – no caso analisado, temos a eufemia no sufixo *-inho* (aspecto verbal) e na brincadeira de se esconder embaixo da mesa (aspecto não verbal), o locutor marca sentidos que estão relacionados às suas emoções, às relações familiares, aos elementos de ordem social, por exemplo. No entanto, faz isso sempre de maneira renovada, singularizando-se no aqui-agora de cada enunciação. Isso porque, na relação com o outro, a criança está sempre mobilizando sentidos particulares que encontram eco na cultura que a cerca. Com isso, vemos que os "esquemas culturais" estão na língua manifesta em discursos, com efeitos nas ações verbais e não verbais da criança.

Considerações finais

Ao se relacionar com a interdição linguística, a criança realiza o movimento, apontado por Silva (2014, p. 93), que vai da estabilidade das "significações inscritas na cultura onde se encontra imersa" para a singularidade da referência em seu discurso, mediante atribuição de sentidos aos valores culturais que se imprimem na língua. Faz isso de forma a garantir a realização da *descarga emotiva* que caracteriza a blasfemia. A criança, assim, evoca, nessa relação, a proibição posta na cultura e busca burlá-la por meio dos arranjos na língua-discurso e por ações não-verbais. Assim, vemos sua constituição como

falante por viver na linguagem, que comporta a língua impregnada de valores culturais da sociedade onde vive com outros.

Referências

BENVENISTE, Émile. (1968). Estruturalismo e linguística. In: _____. (1974). **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. (1969). Blasfemia e eufemia. In: _____. (1974). **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989

DEL RÉ, Alessandra; HILÁRIO, Rosângela Nogarini; RODRIGUES, Rúbens Antonio. O corpus NALíngua e as tecnologias de apoio: a constituição de um banco de dados de fala de crianças no Brasil. **Artefactum – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 1-16, 2016.

DIEDRICH, Marlete Sandra. A criança e sua relação com a interdição: a mobilização de arranjos discursivos particulares. **Revista Desenredo**, v. 14, n. 3, p. 469-479, 7 dez. 2018.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A criança na linguagem: enunciação e aquisição**. Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. A experiência do vestibulando na linguagem: do diálogo com a proposta de redação à escrita do texto. In.: REBELLO, Lícia Sa; FLORES, Valdir do Nascimento (Org.). **O texto de vestibular em perspectiva**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.